



COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMPRESA VINCULADA AO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

BELO HORIZONTE - 2012



COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMPRESA VINCULADA AO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011
APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E
EXTERNO COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS A QUE ESTA
UNIDADE ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO ART. 70 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS
DISPOSIÇÕES DA IN TCU Nº 63/2010, DA DN TCU Nº
108/2010, DA PORTARIA TCU Nº 123/2011 E DAS
ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.**

BELO HORIZONTE - 2012

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010 - CONTEÚDO GERAL.....	6
1. ITEM 1 DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.....	6
1.1. <i>Relatório de Gestão Individual</i>	<i>6</i>
2. INTRODUÇÃO	7
2.1. <i>Relação dos itens do Relatório de Gestão que não se aplicam à Unidade Jurisdicionada</i>	<i>7</i>
2.2. <i>Realizações e dificuldades encontradas pela UJ no exercício de referência.....</i>	<i>9</i>
3. ITEM 2 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	11
3.1. <i>Responsabilidades Institucionais da Unidade</i>	<i>11</i>
3.2. <i>Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.</i>	<i>15</i>
4. ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	17
4.1. <i>Informações sobre Recursos Humanos da Unidade.</i>	<i>17</i>
5. ITEM 7 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	24
5.1. <i>Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG</i>	<i>24</i>
6. ITEM 8 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	25
6.1. <i>Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.</i>	<i>25</i>
7. ITEM 9 DO ANEXO II DA DN Nº108, DE 24/10/2010.....	26
7.1. <i>Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos.....</i>	<i>26</i>
8. ITEM 10 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	28
8.1. <i>Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.</i>	<i>28</i>
9. ITEM 12 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	30
9.1. <i>Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ</i>	<i>30</i>
10. ITEM 15 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	32
10.1. <i>Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.</i>	<i>32</i>
11. ITEM 16 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	36
11.1. <i>Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para o caso de não acatamento.</i>	<i>36</i>
12. ITEM 17 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	42
12.1. <i>Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....</i>	<i>42</i>

PARTE B DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO 43**1. ITEM 3 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010..... 43**

1.1. *Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas. 43*

2. ITEM 4 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010..... 60

2.1. *Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora). 60*

3. ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010..... 61

3.1. *Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito. 61*

PARTE C DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010 – CONTEUDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA 63**1. ITEM 12 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010..... 63**

1.1. *Informações sobre a remuneração paga aos administradores da unidade jurisdicionada, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal. 63*

RELAÇÃO DOS QUADROS

Quadro	I	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	6
Quadro	II	Dispêndios Correntes	12
Quadro	III	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011	17
Quadro	IV	Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011	18
Quadro	V	Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação em 31/12/2011	19
Quadro	VI	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação apurada em 31/12/2011	19
Quadro	VII	Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação apurada em 31/12/2011	20
Quadro	VIII	Composição do Quadro de Estagiários	20
Quadro	IX	Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	21
Quadro	X	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	22
Quadro	XI	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	23
Quadro	XII	Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	25
Quadro	XIII	Estrutura de Controles Internos da UJ	26
Quadro	XIV	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	28
Quadro	XV	Gestão de Tecnologia da Informação da UJ	31
Quadro	XVI	Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	33
Quadro	XVII	Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	35
Quadro	XVIII	Informações Sobre Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício	37, 38,39
Quadro	XIX	Informações Sobre Recomendações da Unidade de Auditoria Interna Pendente de Atendimento no Final do Exercício de Referência	40, 41,42
Quadros	XX	Composição Acionária do Capital Social	61
Quadros	XXI	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	65
Quadro	XXII	Síntese da Remuneração dos Administradores	65, 66,66

PARTE A DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010 - CONTEÚDO GERAL

1. ITEM 1 DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010

1.1. Relatório de Gestão Individual

Quadro I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais			
Denominação abreviada: CASEMG			
Código SIORG: 47839	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: Não se aplica
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Sociedade de economia mista			
Principal Atividade: Serviços de armazenagem de mercadorias em geral, por conta de terceiros.			Código CNAE: 5211-7/99
Telefones/Fax de contato:	(31)3272-2833	(31)3272-2835	(31)3272-2943 - fax
Endereço Eletrônico: presidencia@casemg.com.br			
Página na Internet: http://www.casemg.com.br			
Endereço Postal: Rua dos Timbiras, 1.754 – 14º e 15º andares – Bairro Lourdes – CEP: 30.140.061 – Belo Horizonte/Minas Gerais			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada: criada pela Lei Estadual nº 1.643, de 6 de setembro de 1.957 - (DOU de 06/09/1957), a CASEMG foi federalizada como ente da Administração Pública Indireta da União mediante autorização contida na Lei Estadual nº 12.422 - (DOU de 27/12/1996), de 27 de dezembro de 1996 e Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 - (DOU de 12/09/1997), vinculada ao Ministério da Agricultura através do Decreto 6.129 de 20/06/2007 - (DOU 21/06/2007). Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada: Em funcionamento, a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND por força do Decreto nº 3.654, de 07 de novembro de 2000. As instruções normativas são documentos internos que estabelecem as diretrizes para o funcionamento organizacional e a metodologia a ser operada à prestação de serviços nas “Unidades de Armazenagem e Negócios – UAN’s” e à administração das áreas na sede administrativa da Companhia. O Estatuto Social e o Regimento Interno também são documentos relacionados à gestão e à estrutura da Companhia.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada:			
Manual de Serviços - Rotinas Técnico-Operacionais, implantado a partir de 13/12/2002 conforme Resolução nº 005/2002. Assunto: documento de uso interno que enfoca as operações próprias do armazenamento de grãos, particularizando-as em nível de detalhe tal que possa, a qualquer momento, ser utilizado como guia prático por quem necessite.			

Quadro I - Referência: Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual - Portaria TCU Nº 123, 12/05/2011

2. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anuais a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, de 24 de novembro de 2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Dentro de seu conteúdo, procurou-se atender a todas as demandas do Tribunal de Contas da União – TCU seja quanto às partes administrativa, financeira e operacional.

Para tanto, foram disponibilizados os dados numéricos referentes à sua atuação durante o período considerado, seguido das explicações julgadas pertinentes, bem como as Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas, a composição acionária do capital social e, por fim, informações sobre a remuneração paga a seus administradores.

Segue, abaixo, a relação dos itens do Anexo II da DN TCU 108/2010 que não se aplicam à realidade da unidade e as justificativas pertinentes.

2.1. Relação dos itens do Relatório de Gestão que não se aplicam à Unidade Jurisdicionada

Parte A

Item 1, do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada/Unidades Gestoras relacionadas à UJ

Justificativa: Nas normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada não consta Unidades Gestoras e Gestão sob sua relação.

Item 2 do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/10;

c) Programa de Governo sob a Responsabilidade da Unidade e

I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ;

II. Execução física das ações realizadas pela UJ.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

I. Programação Orçamentária das Despesas;

II. Execução Orçamentária das Despesas:

III. Indicadores Institucionais.

Justificativa: A UJ não recebeu crédito direto e nem por transferência da LOA para execução de Programa de Governo.

A UJ é uma sociedade de economia mista e seus objetivos e prioridades estão definidos no Programa de Dispendios Globais – PDG, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e são executados com recursos provenientes de sua principal atividade, qual seja, prestação de serviços de armazenagem de mercadorias em geral, por conta de terceiros.

Item 3 do Anexo II da DN TCU nº 108 de 24/11/10;

Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Justificativa: A UJ não recebeu recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Item 4 do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/10;

Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Justificativa: A UJ não recebe recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Item 5 do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/10;

5.2. – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Justificativa: A UJ não detém, entre as suas unidades administrativas, a unidade responsável pela gestão do cadastro de servidores inativos e pensionistas.

5.5. – Terceirização de Mão de Obra Empregada pela UJ

5.5.1. – Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Justificativa: a UJ não possui servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicas de categorias funcionais do plano de cargos da unidade.

5.5.2. – Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.

Justificativa: em 2011 não houve autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de tais servidores.

5.6. – Indicadores Gerenciais sobre recursos humanos.

Justificativa: a UJ ainda não tem indicadores gerencias sobre recursos humanos oficiais desenvolvidos para a área de pessoal, mas tem perspectivas de elaboração no próximo exercício.

Item 6 do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/10

Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

Justificativa: A UJ na realizou transferências mediante as formas acima relacionadas.

Item 11 do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/10;

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

Justificativa: A UJ não tem sob sua responsabilidade a administração de imóveis e nem utiliza o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

Justificativa: a UJ não tem gestão sobre patrimônio classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

Item 14 do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/10;

Informações sobre a Renúncia Tributária sob a gestão da UJ, bem como as fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil voltadas para a averiguação da regularidade das renúncias de receitas tributárias.

Justificativa: no período em análise, não ocorreram renúncias de receitas geridas pela UJ; para todos os serviços e concessões realizados foram emitidas as faturas correspondentes.

Parte B

Item 4, do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/10;

Item 14.2 – Composição Acionária da UJ como investidora.

Justificativa: A UJ não possui investimentos permanentes em outras entidades.

Parte C

Item 25.1.2 Demonstrativos sobre a remuneração mensal de membros de diretoria e de conselhos.

Quadro C.12.3 – Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores.

Justificativa: Este quadro não se aplica à UJ tendo em vista não haver distribuição de valores a membros de colegiados a título de bônus e participação no resultado da UJ.

2.2. Realizações e dificuldades encontradas pela UJ no exercício de referência

No que concerne às realizações da gestão, pode-se dizer que durante o exercício de 2011, apesar de a economia brasileira ter registrado uma desaceleração no ritmo de crescimento conforme já indicava o último trimestre do exercício de 2010, os cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) situam o avanço do PIB em 3%. Segundo este instituto, cinco fatores foram determinantes para a desaceleração do crescimento da economia: a apreciação do real, o aperto monetário iniciado no final de 2010, as características da política fiscal em 2011 em relação a 2010, o acúmulo de estoques em 2011 e a crise econômica na Europa.

Num ambiente econômico ainda favorável ao Brasil se comparado às economias da Zona do Euro e dos USA, o país mantém sua produção agropecuária entre as mais prósperas do planeta. A safra 2010/2011 levou o país a um novo recorde na produção de grãos, conforme dados da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Com a conjuntura econômica favorável, o desempenho da Companhia também alcançou resultado positivo, com incremento substancial da Receita Operacional Bruta, da ordem de 13,24%, se comparada à obtida em 2010, atingindo a cifra nominal superior a R\$ 19 milhões, isso em função do aumento da demanda pela armazenagem, registrando um Lucro Bruto da ordem de R\$ 3 milhões no exercício, superior em 62,31% ao verificado em 2010.

Objetivando o aumento de produtividade e qualidade dos serviços inerentes à armazenagem, as áreas técnicas da Companhia projetaram para o orçamento de investimentos algumas adequações e aquisições de bens móveis e imóveis; entretanto, estes investimentos não foram plenamente realizados em função das dificuldades técnicas encontradas durante a elaboração de editais de licitação, assim como insuficiência de recursos financeiros necessários a estes investimentos.

Outro fator de impedimento à realização dos investimentos previstos foram os pagamentos de contingências trabalhistas relativos aos acordos firmados, com aumento da provisão, gerando um prejuízo da ordem de, aproximadamente, R\$4,8 (quatro vírgula oito milhões de reais) no período, conforme demonstrado à página 39 – Parte B do Anexo II à DN TCU nº 108/2010 – Informações Contábeis da Gestão.

3. ITEM 2 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/112010

3.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

3.1.1. Competência Institucional

Dentro do contexto nacional, a CASEMG encontra-se no estado de Minas Gerais e busca a atuação de suas atividades de acordo com a sua missão “viabilizar soluções de armazenagem e transbordo, agregando valor sustentável ao agronegócio”.

No exercício, coerente com sua missão, foram celebrados contratos de prestação de serviços de armazenagem e transbordo, merecendo destaque aqueles com cooperativas agrícolas, setores de abastecimento, empresas diretamente ligadas ao agronegócio, promovida a adesão de pequenos, médios e grandes produtores, bem como renovado os contrato de Concessão de Direito Real de Uso com cooperativas, prefeituras e a empresa responsável pela Estação Aduaneira do Interior – EADI, em Uberlândia, voltada à importação e exportação de produtos gerais.

3.1.2. Objetivos estratégicos

A CASEMG planejou para o exercício de 2011 os seguintes objetivos e prioridades definidos no Programa de Dispendios Globais – PDG, bem como com os valores da Reprogramação 2011 , aprovada pelo Decreto nº 7.605, de 10 de novembro de 2011.

3.1.2.1. Programa de Investimento

Previsão de investimentos no Ativo Imobilizado de R\$ 2.333.476, assim distribuídos:

- a) Manutenção e Adequação de Imóveis R\$ 896 mil
- b) Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Maq. e Equipamentos..... R\$ 1.375 mil
- c) Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento..... R\$ 62 mil

3.1.2.2. Equacionamento Econômico, Financeiro e Patrimonial.

- a) Elevar a receita total reprogramada para R\$ 20.183.376.

No período, a receita total alcançou R\$ 21.654.079, ou seja, 107,29% da receita inicialmente prevista, 7,29% acima do valor reprogramado, sendo:

Receita Operacional:

- Prevista: R\$ 18.450.662;
- Realizada: R\$19.690.286;
- Percentual obtido: 106,70%

Receita Não Operacional:

- Prevista: R\$1.732.714;
- Realizada: R\$1.963.792;
- Percentual obtido: 113,30%

b) Reduzir o endividamento e equacionar o passivo trabalhista

Em 2011, o endividamento total da CASEMG sofreu alteração em relação ao do exercício anterior, com acréscimo de 7,56%, ou seja, de R\$7.883 mil, em 2010, para R\$8.479 mil, em 2011, em função da atualização monetária das ações trabalhistas decorrentes do dissídio coletivo de 1991, cujo acordo foi promovido com reclamantes.

Relativamente ao passivo trabalhista, em 2011, foram liquidadas 10 (dez) ações judiciais não referentes ao Dissídio Coletivo de Trabalho de 1991, no valor total de R\$ 563 mil e 02 (duas) referente ao Dissídio Coletivo, no valor de R\$ 1.220 milhão, totalizando um desembolso de R\$ 1.783 milhão.

Ainda no mesmo período, foram pagas as diferenças de reajuste do Acordo Coletivo 2011/2012, com data base em maio, correspondente a 9,55% das verbas Salário Contratual e demais verbas adquiridas.

c) Reduzir os dispêndios correntes.
Quadro II - Dispêndios Correntes

Valores em R\$1,00

DESCRIÇÃO	REPROGRAMADO	REALIZADO	REALIZADO / REPROGRAMADO
Pessoal e Encargos	6.780.924	6.693.836	98,7%
Materiais e Produtos	1.945.293	1.735.451	89,2%
Serviços de Terceiros	4.384.444	4.957.373	113,1%
Utilidades e Serviços	2.267.606	2.277.358	100,4%
Trib. e Enc. Parafiscais	2.387.094	2.425.449	101,6%
Outros Dispêndios Correntes	4.067.499	5.382.726	132,3%
TOTAL	21.832.860	23.472.194	107,5%

Fonte: Dados do Programa de Dispêndios Globais – PDG e Gerência Contábil – GECON, da CASEMG.

3.1.2.3. Responsabilidade Social e Ambiental.

Pela análise dos Dispêndios Correntes, conforme quadro acima, pode-se depreender que os valores realizados ficaram muito próximos dos valores reprogramados, à exceção de duas rubricas, a primeira, “Serviços de Terceiros”, devido ao aumento das contratações de serviços avulsos com intermediação do Sindicato de Braçagistas, em consequência da maior movimentação de produtos armazenados, bem como à alteração dos contratos de cessão de mão de obra de vigilância armada e serviços de limpeza e conservação, através de aditivos.

Na segunda, “Outros Dispêndios Correntes”, também ocorreu variação a maior em relação aos valores reprogramados em função da rubrica orçamentária 249900- Demais dispêndios correntes, cujo valor reprogramado foi R\$52.833 e o realizado R\$1.659.649, sendo a variação relevante a falta de programação dos valores relativos a perdas no recebimento de créditos (R\$222.907), contabilizados em contrapartida a Provisão para Devedores Duvidosos - PDD; da baixa do valor a receber do município de Governador Valadares de R\$ 683.489 devido a nulidade da desapropriação; da baixa dos ativos contingentes em cobrança judicial relativos ao Município de Felixlândia e cliente Oliveira Fernando Nogueira Lima, no total R\$112.402 que, apesar da expectativa de êxito do setor jurídico, foram baixados nos termos da resolução do Conselho Federal de Contabilidade -CFC nº 1180/09 sobre o não reconhecimento de ativos contingentes.

A apropriação de juros sobre o parcelamento do REFIS após consolidação pela Receita Federal do Brasil e o registro de indenização à CONAB em função da perda de produto armazenado, também contribuíram para o estrapolamento da rubrica, pois, também, não foram programados em sua totalidade.

- a) Solucionar os problemas ambientais em todas as Unidades e ampliar a ação social da empresa.

No aspecto social e ambiental da Companhia, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Renovação das certificações Utz Kapeh e Rainforest Alliance (aplicável à cadeia de custódia do café) para as unidades de Monte Carmelo e Patrocínio.
- Renovação, pelo quarto ano consecutivo, da certificação GMP – Good Manufacturing Practices da PDV (aplicável a grãos e farelo de soja para exportação) para a unidade de Uberlândia (milho, soja e farelo de soja).
- Renovação da certificação de Transbordo de Araguari, para as operações com milho, soja e farelo de soja.

- Realização de auditorias para obtenção das certificações para as unidades de Araguari, Patrocínio e Uberlândia, perfazendo 26,11% da capacidade estática armazenadora da Companhia, em cumprimento à meta estabelecida pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, obrigatória para os armazéns que prestam serviços remunerados de produtos de terceiros, conforme Lei nº 9.973/2000, regulamentada pelo Decreto nº 3.855/2001.
- Para o projeto de despoeiramento e renovação de ar dos conjuntos de silos nºs 1 e 2 da Unidade Armazenadora de Uberlândia, licitado no exercício anterior, a área operacional encaminhou para a área administrativa, o objeto da licitação visando a abertura do processo licitatório para contratação de empresa para a execução do projeto.

3.1.2.4. Otimização da Capacidade Instalada

a) Obter taxas médias de ocupação crescentes

Em 2011, os armazéns da Companhia tiveram uma maior taxa de ocupação em relação ao ano anterior, principalmente, entre os meses de abril e setembro, período do início da safra e safrinha nas regiões de atuação das unidades armazenadoras da CASEMG.

Também, no período de abril/2010 e fevereiro/2011, muito dos armazéns tiveram taxas maiores de ocupação devido à política de remoção de produtos agrícolas de outros estados, efetuada pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

A média de ocupação da rede armazenadora da Companhia, no exercício, foi de 173.900 toneladas, representando 37,0% da capacidade estática instalada, que atualmente é de 469.100 t, enquanto que em 2010, a média de ocupação foi de 158.300 t, correspondente a 33,75% da capacidade estática, representando um aumento de 9,85% em relação ao ano anterior.

Em 2011, foram firmados 612 contratos de adesão gerando uma entrada de 1.032.448t de mercadorias diversas, em especial, soja, milho, café, açúcar e algodão. Vale destacar que muitos destes contratos foram firmados com adquirentes do milho proveniente do leilão efetuado pela CONAB e que já se encontravam estocados nos próprios armazéns.

Outra forma utilizada para disponibilização de espaço para a armazenagem de mercadorias foi através de contratos de depósitos com tarifação especial celebrados com pessoas jurídicas que atuam no setor do agronegócio nacional, onde foram firmados 51 contratos para armazenagem de,

aproximadamente, 1.000.800 toneladas de mercadorias para armazenamento com tempo pré-determinado, resultando em garantia mensal de receitas operacionais.

- b) Elevar o volume de produtos a serem transbordados nas UAN'S estruturadas para prestação desse serviço.

O volume de grãos transbordados ficou aquém do esperado em função da construção do terminal de transbordo da Ferrovia Centro Atlântica – FCA, em Araguari, reduzindo, de forma significativa, a movimentação de transbordo nas Unidades de Uberlândia e Araguari.

- c) Girar, em cada unidade em operação, no mínimo, duas vezes sua capacidade estática.

Considerando o volume de produtos armazenados e transbordados, detecta-se um índice de rotatividade de 10,4 (dez vírgula quatro) superior ao registrado no ano anterior, enquanto aos produtos transbordados, verificou-se queda significativa de 87,0 % (oitenta e sete por cento), devido ao plano de ação da Ferrovia Centro Atlântica – FCA, já citado na letra b, acima.

3.1.2.5. Ampliação das bases do negócio

- a) Diversificar, ampliar e fidelizar a carteira de clientes.

A Companhia manteve a política de identificação e ampliação de novos clientes com vistas à melhor utilização da capacidade armazenadora e dos equipamentos de transbordo de grãos.

A quantidade de clientes potenciais cadastrados manteve-se praticamente constante ao término de 2011, na faixa de 4.200 clientes cadastrados.

3.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.

3.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Os objetivos e prioridades estabelecidas no plano estratégico da Companhia, para 2011, ficaram prejudicados, em sua maioria, devido a alguns fatores que influenciaram negativamente o seu desempenho. A redução dos estoques armazenados no período contribuiu para a redução da receita e, conseqüentemente, dos investimentos necessários no imobilizado, mesmo com parte dos adquirentes as mantendo em depósito. Também, com a redução significativa da movimentação de transbordo, devida a ação da Ferrovia Centro Atlântica – FCA, novos planos deverão ser

elaborados, já que a Companhia não conseguiu reduzir seu endividamento devido os acordos trabalhistas firmados com a correção dos valores provisionados. Para maior otimização da capacidade instalada é importante a parceria entre os gestores da Companhia e os órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para que as remoções de estoques reguladores sejam, de forma rotineira, transferidos para a rede armazenadora da CASEMG.

3.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

Durante o exercício de 2011, o desempenho da Companhia alcançou resultado positivo, com incremento substancial na Receita Operacional, da ordem de 13,24% quando comparada à de 2010. Não obstante estes resultados, os custos e despesas totais da Companhia foram superiores, causando impacto negativo no resultado do exercício, principalmente, pelo aumento da provisão de contingências trabalhistas, cujas ações judiciais foram corrigidas monetariamente, devido aos acordos firmados com os reclamantes.

A falta de investimentos no ativo imobilizado da Companhia dificultou seu desempenho operacional, como um todo, elevando a concorrência existente nas áreas de influência das Unidades de Armazenagem e Negócios – UAN's, sendo fator relevante a falta de disponibilidade financeira.

Também, dada a complexibilidade das especificações técnicas dos objetos a serem licitados, houve atraso em sua conclusão, principalmente no de despoeiramento da Unidade Armazenadora de Uberlândia, que é uma exigência da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura deste município.

Em contrapartida, no processo específico de investimentos em informática, foi celebrado um termo aditivo contratual com a finalidade de promover a integração do Sistema Logix da sede administrativa com o sistema de Gestão das Unidades – SGU para inclusão de notas fiscais de serviços.

Também, a Companhia conseguiu manter as certificações dos armazéns em atendimento às exigências da Lei nº 9.973/2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, bem como às demandas dos seus clientes.

4. ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

4.1. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade.

4.1.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

4.1.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro III – Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	212	145	0	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	212	145	0	17
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	212	145	0	17

Fonte: Sistema Logix RHU2350 - Quadro III – Referência: Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011 - Portaria TCU Nº 123, 12/05/2011.

4.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro IV – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro.	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2+4.3)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
4.3. Mandato Classista – cessão de funcionários a sindicato – Const. Federal.	03
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	03
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
6.1 Afastamento por motivo de doença	03
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	09

Fonte: Sistema Logix RHU2350 – Quadro IV - Referência: Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011. Portaria TCU 123, 12/05/2011

4.1.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ.

Quadro V – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	08	07	04	03
1.1. Cargos Natureza Especial	08	07	04	03
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	08	07	04	03
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo	08	07	04	03
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	26	19	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	26	19	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	34	26	04	03

Fonte: Sistema Logix RHU2350 – Quadro V – Referência: Quadro A.5.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação em 31/12/2011. Portaria TCU 123, 12/05/2011.

4.1.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da UJ, segundo idade.

Quadro VI – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação apurada em 31/12/2011.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	26	24	20	35	21
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	02	02	02	01	
2.3. Funções gratificadas	04	03	06	04	02
3. Totais (1+2)	32	29	28	40	23

Fonte: Sistema Logix RHU2350 - Quadro VI - Referência: Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2011. Portaria TCU Nº 123, 12/05/2011

4.1.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da UJ, segundo a escolaridade.

Quadro VII – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação apurada em 31/12/2011.

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		09	07	11	59	40			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						06			01
2.3. Funções gratificadas				01	04	14			
3 3. Totais (1+2)	-	09	07	12	63	60	-	-	01

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema Logix RHU2350 - Quadro VII - Referência: Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2011. Portaria TCU Nº 123, 12/5/2011.

4.1.2. Composição do quadro de estagiários

Quadro VIII – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesas no exercício (R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	14	14	13	15	110.529
1.2 Área Meio	11	11	12	08	99.042
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	25	25	25	23	209.571

Fonte: Sistema Logix RHU2350 Quadro VIII - Referência: Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários. Portaria TCU Nº123,12/5/2011

4.1.3. Demonstração dos custos de pessoal da UJ

Quadro IX – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Valor em R\$1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retri- buições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciário s	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	2.187.641	-	184.755	245.247	586.542	375.182				3.579.367
	2010	2.423.303	-	198.203	254.104	588.728	316.829				3.781.166
	2009	2.510.419	-	218.148	231.281	563.641	337.202				3.860.691
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	137.801		11.520	3.736	13.367	5.373				171.797
	2010	126.193		10.516	4.310	12.474	4.424				157.917
	2009	125.622		8.154	4.328	11.861	4.185				154.150
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	271.018		22.690	17.630	13.367	11.905				336.610
	2010	315.532		18.469	3.478	12.474	10.480				360.433
	2009	289.934		14.330	0	11.861	9.913				326.038
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	795.419	312168	93.594	60.736	93.571	92.238			542.541	1990.267
	2010	803.341	325.420	66.253	18.142	87.318	73.559			63.559	1.437.592
	2009	644.269	268.981	56.119	13.036	83.032	69.583			21.057	1.156.077

Fonte: Sistema Logix RHU2350 – Quadro IX - Referência: Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores. Portaria TCU Nº 123, 12/5/2011

4.1.4. Terceirização de mão de obra empregada pela UJ

4.1.4.1. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade.

Quadro X – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: CIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MG													
UG/Gestão: SEDE ADMINISTRATIVA							CNPJ: 17.196370-0001/68						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	040/2010	SETSYS SERVIÇOS GERAIS LTDA	Nov/11	-	15	15					A
2011	V	O	037/2010	TOTAL FORTE	02/11/10	-	14	14					P
Observação: Sem observações relevantes.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Sistema Logix RHU2350 - Quadro X - Referência: Quadro A.5.12 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva. Portaria TCU Nº 123, 12/05/2011

4.1.5. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro XI – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: CIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MG													
UG/Gestão: SEDE ADMINSTRATIVA							CNPJ: 17.186370/0001-68						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	13	O	030/06	19201128/0001/41	Jan/11	Dez/11			2	2			P
2007	13	O	046/07	19201128/0001/41	Jan/11	Dez/11			2	2			P

Observação: Sem observações relevantes.

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis;
12. Brigadista;
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
14. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Sistema Logix RHU2350 - Quadro XI - Referência: Quadro A.5.13 – Contratos de Prestação de Serviços Com Locação de Mão de Obra. Portaria TCU Nº 123, 12/05/2011

5. ITEM 7 DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**5.1. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG**

Belo Horizonte, 11 de abril de 2012.

DECLARAÇÃO

Eu, Camilo de Lélis Greco Michelini, matrícula nº 2042, Supervisor Técnico, exercido na Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes a contratos de prestações de serviços e aquisições de materiais encontram-se disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG/SICOM, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.



Camilo de Lélis Greco Michelini
CPF: 329.277.116-15
Supervisor Técnico
CASEMG

6. ITEM 8 DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

6.1. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

6.1.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro XII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	04	03	26
	Entregaram a DBR	04	01	25
	Não cumpriram a obrigação	-	02	01

Quadro XII – Referência: Quadro A.8.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR. Portaria TCU Nº 123, 12/05/2011.

6.1.2. Análise Crítica

A Gerência de Recursos Humanos é o setor responsável pelo recebimento das declarações de bens e rendimentos, sendo que tais documentos são entregues em envelope lacrado e arquivados no setor, com o objetivo de se garantir a preservação do sigilo fiscal das informações.

Às pessoas que não cumpriram a obrigação foram enviados comunicados solicitando o seu cumprimento. Quanto ao gerenciamento das DBR's, não há sistema informatizado voltado para tais operações, assim como não há análise das DBR's recebidas em virtude de serem entregues em envelopes lacrados e, assim, arquivadas.

7. ITEM 9 DO ANEXO II DA DN Nº108, DE 24/10/2010

7.1. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos

- Ambiente de controle;
- Avaliação de risco;
- Procedimentos de controle;
- Informação e comunicação;
- Monitoramento.

7.1.1. Estrutura de controles internos da UJ

Quadro XIII – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
Considerações gerais: Metodologia utilizada: a) Planejamento das ações da Auditoria Interna; b) Avaliação dos controles internos por meio do Questionário de Avaliação do Controle Interno – QACI; c) Exames amostrais; d) Análise do cumprimento das metas estabelecidas no Programa de Dispendios Globais – PDG, dos contratos, normativos internos e leis.	

Quadro XIII – Referência: Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ – Portaria TCU Nº 123, 12/05/2011.

8. ITEM 10 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

8.1. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

8.1.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XIV – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
Considerações Gerais: Quadro preenchido pelo titular da Gerência Administrativa, sendo o titular responsável pelos processos licitatórios; quadro preenchido individualmente.					

Quadro XIV – Referência: Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis Portaria TCU Nº 123, de 12/05/2011

9. ITEM 12 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**9.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ**

- Planejamento da área;
- Perfil dos recursos humanos envolvidos;
- Segurança da informação;
- Desenvolvimento e produção de sistemas;
- Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

9.1.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro XV – Gestão de Tecnologia da Informação da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	2 SERVIDORES				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	40%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: Quadro preenchido pelo titular da Gerência Administrativa, área onde o setor de informática está inserida, sendo o titular, responsável pelos processos licitatórios; quadro preenchido individualmente.					

Quadro XV - Referência: Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada. Portaria TCU Nº123, de 12/05/2011

10. ITEM 15 DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

10.1. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

10.1.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

No exercício de 2011, não houve deliberações do TCU para a Unidade Jurisdicionada.

10.1.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro XVI – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais					47839
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	018.712/2008-5	5993/2009- 2ª Câmara	4.2	DE	3612/2009- TCU – SECEX - MG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais					47839
Descrição da Deliberação:					
Item 4.2 - irregularidades/falha – item 1.3.1.1 (fl. 156) – falta de regularização das averbações e registros de imóveis pertencentes à CASEMG.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gerência Administrativa – GERAD					47839
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Companhia tomou todas as providencias necessárias à regularização da pendência apontada pelo TCU, contudo algumas ações independem somente da CASEMG, conforme demonstrado abaixo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.					
1) Formoso: A CASEMG distribuiu ação contra a Prefeitura de Formoso na Comarca de Buritis objetivando a outorga da escritura definitiva de doação do imóvel à CASEMG e distribuirá a competente ação de reintegração de posse por dependência do julgamento da ação de outorga. Cumpre-se aguardar a decisão judicial. 2) Mato Verde: Foi expedido ofício à Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais solicitando providencias para solução da pendência. A CASEMG foi informada que foi determinada à direção do foro da comarca de Monte Azul a apuração dos fatos. Aguardando posicionamento. 3) Tupaciguara: O imóvel foi registrado em nome da CASEMG na data de 06/12/2010. Foi apresentada proposta comercial para aquisição do imóvel e pagamento de indenização devida em decorrência da desapropriação procedida em 1979. 4) Patrocínio: Obtidas as certidões relativas às cinco áreas de propriedade da empresa que compõe a Unidade de Armazenagem e Negócios – UAN foi verificado que o Cartório de Registro de Imóveis daquela circunscrição se equivocou com relação à metragem objeto da exigência. De posse das certidões, foi apresentado requerimento com o pedido de correção acompanhado da Certidão Negativa de Débitos – CND, do INSS e da Certidão de Regularização Fiscal – CRF, da Municipalidade. Como solução final, caberá à área competente da Companhia obter a CND da obra e que se requeira outro CRF à municipalidade, em razão do vencimento da anterior, após o que se deverá protocolar esses documentos junto ao Cartório de RI local.					

- 5) Uberlândia: Três requerimentos foram apresentados ao Cartório de Registro de Imóveis daquela Circunscrição visando à regularização das medidas e confrontações das cinco glebas que formam a área de domínio da CASEMG, visando agrupá-las em três áreas para, em momento posterior, tentar agregá-las em uma só, vez que dependerá do Ministério dos Transportes a anuência para tal, em razão da malha ferroviária Federal cortar as glebas que se pretendem reunir. Entretanto, tal situação se afigura, no mínimo, improvável, vez que tal procedimento dependerá, fundamentalmente, desta anuência.

Para se obter êxito nesta tarefa, os procedimentos administrativos importarão em elevados custos para a Companhia (planimetria das áreas, contratação de despachantes, citações, emolumentos, etc.), gastos estes estimados em mais de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), sem que haja total garantia de sucesso. Deve-se destacar que a união das glebas em nada beneficiará a empresa, uma vez ser a mesma proprietária das cinco áreas em questão, as quais estão regularmente registradas no Cartório de Registro de Imóveis daquela Circunscrição.

Quadro XVI - Referência: Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício. Portaria TCU Nº 123, 12/05/2011

10.1.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

No exercício de 2011 não houve recomendações do OCI à Unidade Jurisdicionada.

10.1.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro XVII- Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais			47839
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório n.º 208210 - CGU – Exercício 2007	1.1.2.1 Constatação (002)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais			47839
Descrição da Recomendação:			
Assunto – Bens Imobiliários – Constatação (002). Recomendação 001: “envidar esforços para regularizar os 6 (seis) imóveis da entidade pendentes de averbações e registros”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência Administrativa – GERAD			47838
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Companhia tomou todas as providencias necessárias à regularização da pendência apontada pelo CGU, contudo algumas ações independem somente da CASEMG, conforme demonstrado abaixo.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
1) Formoso: A CASEMG distribui ação contra a Prefeitura de Formoso na Comarca de Buritis objetivando a outorga da escritura definitiva de doação do imóvel à CASEMG e distribuirá a competente ação de reintegração de posse por dependência do julgamento da ação de outorga. Cumpre-se aguardar a decisão judicial. 2) Mato Verde: Foi expedido ofício à Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais solicitando providencias para solução da pendência. A CASEMG foi informada que foi determinada à direção do foro da comarca de Monte Azul a apuração dos fatos. Aguardando posicionamento. 3) Tupaciguara: O imóvel foi registrado em nome da CASEMG na data de 06/12/2010. Foi apresentada proposta comercial para aquisição do imóvel e pagamento de indenização devida em decorrência da desapropriação procedida em 1979. 4) Patrocínio: Obtidas as certidões relativas às cinco áreas de propriedade da empresa que compõe a Unidade de Armazenagem e Negócios – UAN foi verificado que o Cartório de Registro de Imóveis daquela circunscrição se equivocou com relação à metragem objeto da exigência. De posse das certidões, foi apresentado requerimento com o pedido de correção acompanhado da Certidão Negativa de Débitos – CND, do INSS e da Certidão de			

Regularização Fiscal – CRF, da Municipalidade.

Como solução final, caberá à área competente da Companhia obter a CND da obra e que se requeira outro CRF à municipalidade, em razão do vencimento da anterior, após o que se deverá protocolar esses documentos junto ao Cartório de RI local.

- 5) Uberlândia: Três requerimentos foram apresentados ao Cartório de Registro de Imóveis daquela Circunscrição visando à regularização das medidas e confrontações das cinco glebas que formam a área de domínio da CASEMG, visando agrupá-las em três áreas para, em momento posterior, tentar agregá-las em uma só, vez que dependerá do Ministério dos Transportes a anuência para tal, em razão da malha ferroviária Federal cortar as glebas que se pretendem reunir. Entretanto, tal situação se afigura, no mínimo, improvável, vez que tal procedimento dependerá, fundamentalmente, desta anuência.

Para se obter êxito nesta tarefa, os procedimentos administrativos importarão em elevados custos para a Companhia (planimetria das áreas, contratação de despachantes, citações, emolumentos, etc.), gastos estes estimados em mais de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), sem que haja total garantia de sucesso. Deve-se destacar que a união das glebas em nada beneficiará a empresa, uma vez ser a mesma proprietária das cinco áreas em questão, as quais estão regularmente registradas no Cartório de Registro de Imóveis daquela Circunscrição.

Quadro XVII - Referência: Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício. Portaria TCU Nº 123 de 12/05/2011

11. ITEM 16 DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

- 11.1. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para o caso de não acatamento.**

11.1.1. Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Quadro XVIII A – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	02/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6.1 – Contratos de Depósito
Comunicação Expedida/Data	13-12/2011 - Ofício nº 024/2011/PRESI e CI ° 058/2011 Capinópolis
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	UAN Capinópolis
Descrição da Recomendação	Foi recomendada à Unidade a regularização dos contratos conforme Art. 3º do Decreto nº. 3.855 de julho de 2001 que dispõe que “A relação comercial entre o depositário e o depositante será definida no contrato de depósito, cujas cláusulas serão fixadas por livre acordo entre as partes, e que conterá, obrigatoriamente, o objeto, o prazo de armazenagem, o preço e a forma de remuneração pelos serviços prestados, os direitos e as obrigações de compensação financeira por diferença de qualidade e quantidade do produto objeto do depósito”. Também, ressaltou-se que o não cumprimento do artigo citado acima, deixa a Companhia sujeita as penalidades previstas no Art. 21 do Decreto nº 3.855 de julho de 2001.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
UAN Capinópolis	
Síntese das providências adotadas	
Os depositantes foram comunicados da necessidade da assinatura do contrato, sendo solicitado o comparecimento de todos à Unidade, para as devidas providências, o que já ocorreu.	
Síntese dos resultados obtidos	
Enviadas as cópias dos contratos devidamente assinados.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O descumprimento da INO 01 item 3.2 “A relação comercial entre a CASEMG e o depositante é definida no Contrato de Depósito, cujas cláusulas são fixadas por livre acordo entre as partes, nos termos do artigo 3º do Decreto 3.855/01” deixa a empresa vulnerável, sem cobertura contratual e sujeita a penalidades.	

Quadro XVIII A - Referência: Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício – Portaria TCU N° 123. De 12/05/2011.

Quadro XVIII B – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório 06/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	2 – Gestão de Contratos Sob o Controle do NUCOP
Comunicação Expedida/Data	26/09/2011 - Ofício nº016/2011 p/ PRESI e CI nº 045/2011 p/ NUCOP
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Núcleo Operacional e Comercial – NUCOP
Descrição da Recomendação	Foi analisado o contrato 056/2009 firmado entre a CASEMG e a Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A, onde verificou-se a falha no cumprimento da cláusula 6.3 que dispõe que “nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto estiver pendente qualquer obrigação que lhe tiver sido imposta, em virtude de penalidades ou de inadimplência, bem como, sua regularidade perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e a Dívida Ativa da União – (PGFN/RFB), e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS). Constatou-se que os pagamentos estão sendo efetuados sem a solicitação das certidões de regularidade da Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A, em função dos documentos não terem sido apresentados no decorrer dos trabalhos da AUDIN. Foi recomendado aos Gerente e Gestor que, quando da apresentação das próximas faturas relativas às parcelas do referido contrato seja exigida a apresentação, por parte da contratada, das certidões negativas expedidas pelos órgãos federais, como pré-condição para a efetivação dos pagamentos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Núcleo Comercial e Operacional - NUCOP	
Síntese das providências adotadas	
De fato, houve falha no cumprimento das normas pelo gestor do contrato. As parcelas correspondentes ao último termo aditivo ao contrato 056/2009, com vigência até 08/10/2011, foram pagas de 05/01/2011 a 05/07/2011. A auditoria informou que, a partir do próximo contrato, terão que ser solicitadas as certidões negativas da contratada como pré-condição para a efetivação dos pagamentos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhoria na gestão de contratos.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A não observância de itens básicos na gestão de contratos prejudica o bom andamento dos serviços.	

Quadro XVIII B - Referência: Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício – Portaria TCU Nº 123. De 12/05/2011.

Quadro XVIII C – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório 06/2010
Data do Relatório de Auditoria	30/08/2010
Item do Relatório de Auditoria	5.1.2 – Transbordo
Comunicação Expedida/Data	Ofício nº08/2010 – 14/09/2010
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	UAN Uberlândia
Descrição da Recomendação	(Letra A) A Gerência da Unidade, em conjunto com a Assessoria Jurídica – ASJUR, adequar o Estatuto Social com a atividade explorada (transbordo), para que a mesma esteja prescrita no objeto social da Companhia, estando assim, de acordo a Lei 6.404/76 art. 2º, §2, que diz: “Objeto Social, será definido de modo preciso e completo”.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
UAN Uberlândia	
Síntese das providências adotadas	
Na Ata 132ª da Diretoria Executiva foi solicitado pelo Diretor Presidente à Diretoria Financeira e à ASJUR, uma análise da Lei de Criação da Companhia, estudando a viabilidade de alteração do estatuto social, incluindo em seu objeto a atividade de transbordo e logística em agronegócio, de forma a adequá-lo à realidade jurídica atual, submetendo a apreciação do Conselho de Administração para posterior convocação de AGE.	
Síntese dos resultados obtidos	
A ASJUR, através da CI 046/2011, de 12/07/11, informa que a proposta de alteração do estatuto, com a inclusão da atividade de transbordo, foi objeto de aprovação pela Diretoria Executiva e pelo CONSAD, estando aguardando apenas a realização da Assembleia Geral a ser designada pelo Ministério Supervisor e pela Procuradoria da Fazenda Nacional para a adequação do estatuto.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Adequação do Estatuto Social com a atividade explorada (transbordo)	

Quadro XVIII C - Referência: Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício – Portaria TCU Nº 123, De 12/05/2011.

11.1.2. Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Pendentes de Atendimento.

Quadro XIX A – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório 05/2011 – 22/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1.3 – Estoque de Arroz
Comunicação Expedida	22/08/2011 - Ofício nº012/2011/PRESI e CI nº 036/2011/ Patos de Minas
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	UAN Patos de Minas
Descrição da Recomendação	Através da análise do Relatório de Depositantes de Mercadorias – RDM foi constatado que a Unidade possui 2.000 kg de arroz registrados no estoque, referente à sobra da venda, em leilão administrativo nº 002/2008, ocorrido em outubro de 2008, que pertence ao cliente Jose Pereira Brandão. Entretanto, o Gerente e o supervisor da UAN informaram, através da correspondência datada em 27 de janeiro 2010, que este produto remanescente do leilão encontra-se com baixa qualidade, percentual elevado de grãos avariados pelo tempo, ataque de insetos, sofrendo pulverizações constantes, presença de grãos ardidos, portanto, sem valor comercial e impróprio para o consumo humano. Esta condição foi ratificada pela auditoria quando da visita a Unidade, no período de 08 a 10 de agosto de 2011, mesma ocasião em que a UAN encaminhou correspondência solicitando autorização para efetuar a baixa desta mercadoria. Diante do exposto, a AUDIN encaminhou ao NUCOP, por email, em 16 de agosto de 2011, a referida correspondência para que o mesmo possa analisá-la e, posteriormente, autorizar as medidas cabíveis e legais relativas ao produto estocado, no sentido de evitar a disseminação de pragas em outros produtos armazenados.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
UAN Patos de Minas	
Justificativas para o não atendimento	
A UAN esta aguardando autorização da NUCOP para providenciar a incineração do produto e dar baixa no controle contábil.	

Quadro XIX A - Referência: Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência – Portaria TCU Nº 123, de 12/05/2011.

Quadro XIX B – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório 03/2011 – 06/06/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6 – Ocupação de Terreno da CASEMG
Comunicação Expedida	20/05/2011 - Ofício nº007/2011/ PRESI e CI nº 014/2011/Araguari
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	UAN Araguari
Descrição da Recomendação	Em visita à Unidade, por ocasião de fiscalização, a auditoria constatou a invasão, por parte de terceiros, no terreno da companhia, onde já estão sendo construídas moradias. Foi recomendada à Assessoria Jurídica e à Diretoria Administrativa que acompanhe os fatos e que sejam tomadas as providências legais e necessárias para coibir e retirar os invasores das áreas da companhia na Unidade em questão.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
UAN Araguari	
Justificativas para o não atendimento	
A UAN de Araguari, através de sua gerencia, vem partilhar algumas informações relevantes para tomada de decisão desta Diretoria, em conjunto com a assessoria jurídica. Hoje, há 4 terrenos supostamente invadidos por terceiros e só existe um processo de reintegração de posse (03507101631-1, contra João Batista de Souza), conforme colocado à esta auditora; Em 2 (dois) dos 3(três) “terrenos” restantes, não há ocupação predial (apenas delimitação com cerca) e o 3º está edificado e cercado de alvenaria. A não existência de processos para estas 3 áreas se deve a falta de informação sobre as reais delimitações da área desta Companhia, somado a ocorrência desta supostas invasões fora do período de gestão desta gerencia, ou seja, no mínimo há 5 anos. No processo 03507101631-1 (1ª Vara Cível) houve levantamento pericial das delimitações desta área da CASEMG e até já foi adiantados os trabalhos do agrimensor no que diz respeito às outras áreas, como já comunicado à diretoria desta Companhia. Foi lavrado Boletim de Ocorrência (nº 11572) para registra possível invasão dos outros 3 terrenos. Para tanto, a gerência fica no aguardo de instruções da Assessoria Jurídica e da Diretoria Administrativa para novas providências.	

Quadro XIX B - Referência: Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência – Portaria TCU Nº 123, de 12/05/2011.

Quadro XIX C – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório 09/2011 – 30/09/2011
Item do Relatório de Auditoria	7.2.1 – Notas Fiscais não escrituradas
Comunicação Expedida	27/10/2011 - Ofício nº021/2011/ PRESI e CI nº 054/2011/ Araguari
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	UAN Paracatu
Descrição da Recomendação	A CONAB encaminhou à Diretoria ofício SUREG/MG nº 10.947, em 31 de dezembro de 2010, juntamente com a nota fiscal eletrônica nº 5717 de 30/12/2010, referente à transferência de titularidade do estoque de 125.734 kg de feijão classificado “Fora de Tipo”, objeto de indenização dos TVN’s nº21835 e 21836/10, solicitando atenção especial para instruir a UAN de Paracatu para os procedimentos legais. A Diretoria ratificou o ofício e o encaminhou para NUCOP e UAN para que os mesmos tomassem conhecimento e, por conseguinte, as providências necessárias para registro em estoque. No entanto, a Auditoria constatou, ao analisar o Livro Fiscal de Entrada de Mercadoria da UAN, que a referida nota fiscal não havia sido escriturada até a presente data. De acordo com a legislação estadual (art. 64 anexo IX), devem ser escrituradas no livro de registro de entradas, no prazo de 10 (dez) dias contado de sua emissão, em ordem cronológica das efetivas entradas no estabelecimento, as mercadorias ou serviços abrangidos pelo RICMS 2002, como é o caso do documento fiscal citado. Recomendou-se à Gerência da Unidade providenciar a regularização da situação, ou seja, registrar a nota fiscal contendo a mercadoria no livro fiscal.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
UAN Paracatu	
Justificativas para o não atendimento	
Resposta Item 7.2.1: Ressaltamos que não houve o recebimento da NF em questão na UAN e estaremos entrando em contato com a NUCOP para verificar onde ela se encontra para realizar os procedimentos necessários para a regularização.	

Quadro XIX C - Referência: Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência – Portaria TCU Nº 123, de 12/05/2011. ITEM 17 DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

11.2. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Sem ocorrências consideradas relevantes.

**PARTE B DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108, DE 24 DE
NOVEMBRO DE 2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO****1. ITEM 3 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**

- 1.1. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.**

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG

CONTEÚDO**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Quadro I – Balanço Patrimonial

Quadro II – Demonstração do Resultado

Quadro III – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro IV – Demonstração do Fluxo de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Parecer dos Auditores Independentes

ATIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE		158.734.068	159.386.242
Caixa e bancos		25.210	112.657
Aplicações financeiras		540.747	833.685
Contas a receber de clientes	4	1.217.996	1.342.379
Estoques de almoxarifado		176.825	67.636
Estoque Produtos de Terceiros	5	156.109.942	155.865.356
Despesas antecipadas		172.573	176.411
Adiantamentos concedidos		76.008	38.641
Tributos a recuperar/compensar	6	212.576	320.742
Concessão de D.R.Uso	7	98.484	32.000
Ressarcimento de clientes	8	101.404	46.798
Precatório a receber	9	-	500.000
Outros créditos e valores a receber	10	2.303	49.936
NÃO CIRCULANTE		23.960.536	27.283.381
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.429.154	2.895.141
Desapropriação de imóveis a receber	11	-	683.489
Valores bloqueados pela justiça	12	1.213.008	696.840
Depósitos judiciais	12	241.790	345.887
INSS a compensar	13	121.757	-
Crédito a compensar c/ impostos municipais	14	845.445	816.255
Cobranças judiciais	15	-	112.403
Duplicatas a receber de clientes em Cobrança Judicial	16	446.892	539.439
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	17	439.738	299.171
IMOBILIZADO LÍQUIDO		21.147.705	24.388.240
IMOBILIZADO BRUTO	18	148.742.072	149.222.355
(-) Depreciação Acumulada		127.594.367	124.834.115
INTANGÍVEL	18	383.677	-
TOTAL DO ATIVO		182.694.605	186.669.623

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro
Em reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<i>Nota</i>	2011	2010
CIRCULANTE		162.118.027	161.552.246
Fornecedores		460.051	712.161
Salários e contribuições previdenciárias		1.160.910	1.045.892
Obrigações tributárias	19	238.438	155.284
Estoque Produtos de Terceiros	5	156.109.942	155.865.357
Parcelamento REFIS	20	241.361	102.520
Parcelamento Fornecedor		116.067	357.169
Provisão para contingências/cíveis	21	1.820.998	3.237.222
Acordos Trabalhistas	21	1.900.385	-
Pensões Judiciais	21	3.482	-
Outras Obrigações a curto prazo		66.392	76.640
NÃO CIRCULANTE		2.471.000	2.196.164
Provisão para contingências	21	-	136.611
Acordo Trabalhista	21	399.314	-
Parcelamento REFIS	20	2.071.686	1.943.486
Parcelamento Fornecedor		-	116.067
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.105.578	22.921.214
Capital Social	24	26.814.711	26.814.711
(-) Prejuízos Acumulados		8.709.133	3.893.497
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		182.694.605	186.669.623

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em reais

	Nota	2011	2010
RECEITA DE VENDA DE SERVIÇOS		19.690.286	17.388.615
(-) DEDUÇÕES DA REC. DE VENDAS DE SERVIÇOS		2.006.084	1.635.778
(-) COFINS E PIS NÃO CUMULATIVO, ISSQN, ICMS		2.542.717	2.202.023
(+) CRÉDITOS PIS/COFINS NÃO CUMULATIVO		536.633	566.245
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS DE SERVIÇOS		17.684.202	15.752.837
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS		14.655.973	13.887.090
LUCRO BRUTO		3.028.229	1.865.747
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		7.984.479	7.138.347
(-) Despesas gerais e administrativas		4.712.551	4.217.411
(-) Contingências Trabalhistas e Cíveis		3.367.848	2.922.235
Reversão de provisões constituídas	22	95.920	1.329
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		344.115	(2.689)
Outras Receitas operacionais		1.550.499	1.629.922
(-) Outras Despesas Operacionais	23	1.206.384	1.632.611
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		(184.575)	57.824
Receitas financeiras/VMA		413.294	276.192
(-) Despesas Financeiras		597.869	218.368
RESULTADO OPERACIONAL		(4.796.710)	(5.217.465)
OUTROS RESULTADOS		(1.907)	(11)
(-)Perda na Baixa de Ativo Imobilizado		1.907	11
Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos Sobre o Lucro		(4.798.616)	(5.217.476)
Resultado Líquido do Exercício		(4.798.616)	(5.217.476)
Lucro (Prejuízo) líquido por lote de mil ações do capital social		(0,001)	(0, 001)
Quantidade de ações ao final do exercício		40.212.516.561	40.212.516.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**Exercícios Findos em 31 de Dezembro***Em reais*

	<i>Nota</i>	Capital Social Integralizado	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos Iniciais em 31/12/2010		26.814.711	(3.893.497)	22.921.214
Ajustes de exercícios anteriores a 2011	25		(17.021)	(17.020)
Lucro (Prejuízo) do Exercício 2011			(4.798.616)	(4.798.616)
Saldos Finais em 31/12/2011		26.814.711	(8.709.133)	18.105.578

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa- Método Indireto
Para o Exercício Findo em 31 de dezembro
Em reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2011	2010
Prejuízo do exercício	(4.798.616)	(5.217.477)
Aumentos (diminuições) dos itens que não afetam o caixa		
Depreciação	3.074.515	3.051.832
Despesas juros	547.344	57.154
Receitas juros	(81.134)	(47.410)
Perda do imobilizado	1.907	11
Reversão de provisões de créditos	(95.920)	(1.329)
Provisão para contingências	3.371.330	2.183.669
Prejuízo de exercício ajustado	2.019.425	26.450
Variações ATIVO		
Diminuição de Contas a Receber Clientes	124.383	14.223
Aumento (Diminuição) de Conc.D.R.Uso	(66.484)	59.323
Diminuição da Desapropriação de Imóveis	683.489	459.957
Aumento (Diminuição) Despesas Antecipadas	3.839	(3.855)
Aumento (Diminuição) Ressarcimento Clientes	(54.605)	279.566
Aumento Estoque	(109.189)	(8.710)
Aumento Tributos a compensar	(13.590)	(168.880)
Aumento (Diminuição) Adiantamentos	(37.368)	425
Aumento (Diminuição) outras contas a receber	(47.633)	140.287
Diminuição Depósitos Recursais	104.096	95.831
Aumento (Diminuição) Valores Bloqueados	(516.168)	478.833
Diminuição Dupls a receber em cobrança judicial	204.949	713.210
Diminuição Prefeitura Muriaé	500.000	500.000
Aumento (Diminuição) Prefeitura Frutal	(29.190)	29.190
Aumento (Diminuição) de provisão de perdas	140.567	(118.162)
Total	887.096	2.471.238

Variações PASSIVO

Aumento (Diminuição) de Fornecedores	(252.111)	61.970
Aumento (Diminuição) de Obrigações Fiscais	83.154	(105.424)
Aumento de Salários e Contribuições Sociais	115.018	17.046
Aumento (Diminuição) de Obrigações a Terceiros	(10.247)	36.131
Aumento (Diminuição) de Parcelamento CEMIG(CP/LP)	(357.169)	320.945
Diminuição Provisão Contingências Trabalhistas(CP/LP)	(1.947.266)	(1.571.955)
Aumento (Diminuição) Parcelamento REFIS	267.041	(205.040)
Total	(2.101.580)	(1.446.328)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Aquisições do Ativo Imobilizado	(424.558)	(708.009)
Aumento (Diminuição) líquido de Caixa	380.384	343.352
Caixa no início do período	946.341	602.989
Caixa no fim do período	565.957	946.341

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em reais

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social subscrito e integralizado. Quanto à sua estrutura física, esta é composta de vinte e duas (22) Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de julho de 2001.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização, cujo processo de caracterização de federalização apresenta-se atualmente em tramite no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Lei das Sociedades por Ações, 6404/76 e alterações introduzidas pelas Leis 11638/07 e 11941/2009.

As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade- NBC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos circulantes e não circulantes

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou recebimento dar-se-á em período inferior a um ano e no não circulante os ativos cuja realização dar-se-á em período superior a um ano e ainda os investimentos em ativo imobilizado, o, incluindo atualizaor de custo ou de realiza venda.

3.1.1. Disponibilidades e aplicações financeiras

Estão avaliadas ao custo, sendo as aplicações financeiras demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. De acordo com a Resolução CMN nº 3284/2005 a Companhia efetua aplicação em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil.

3.1.2. Contas a receber

São apresentados pelos respectivos valores de realização, bem como da provisão para perdas para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos. As estimativas para perdas foram feitas de acordo com a Lei nº 9430/96.

3.1.3. Estoques de almoxarifado

Os estoques estão representados por materiais de manutenção e consumo para as Unidades Armazenadoras.

3.1.4. Estoque de mercadoria de terceiros

São estoques de mercadorias de propriedade de terceiros armazenadas na Companhia.

3.1.5. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto Federal nº. 3.000/99 e na Instrução Normativa SRF nº. 162/98.

3.1.6. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

3.2. Classificação dos passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas.

3.2.1. Provisão para contingências

A provisão para contingências está relacionada aos processos de natureza trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, tendo como base a opinião do Coordenador Jurídico.

3.2.2. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

3.3. Apuração do resultado

O resultado das operações sociais é pelo regime contábil de competência de exercício.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (Ativo Circulante)

O saldo de R\$ 1.217.996 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 1.342.379 em 31 de dezembro de 2010 referem-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e transbordo de produtos e não recebidos até 31 de dezembro, conforme detalhamos a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2011	POSIÇÃO EM 2010
Alfenas	-	-
Araguari	22.302	102.404
Bonfinópolis	-	-
Buritis	68.947	-
Capinópolis	113.290	80.349
Centralina	16.203	-
Conceição das Alagoas	34.951	60.676
Frutal	31.763	85.997
Ituiutaba	153.780	105.556
Monte Carmelo	168.515	146.364
Paracatu	64.846	58.042
Passos	6.000	8.484
Patos de Minas	22.370	115.829
Patrocínio	114.379	154.386
Sacramento	6.000	16.432
Santa Vitória	6.144	4.716
Tupaciguara	43.569	12.178
Uberaba	65.774	159.123
Uberlândia	275.579	231.844
Unaí	3.584	-
TOTAL	1.217.996	1.342.379

NOTA 5 - ESTOQUE DE PRODUTOS DE TERCEIROS (Ativo Circulante/Passivo Circulante)

Nesta conta estão contabilizados os saldos de estoques de produtos armazenados, de acordo com o Registro de Inventário das Unidades de Armazenagem da Companhia, sendo de R\$ 156.109.942 em 31/12/2011 e R\$ 155.865.357 em 31/12/2010.

NOTA 6 - TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (Ativo Circulante)

O total de R\$ 212.576 está composto por: R\$189.551 relativo a retenção na fonte por empresa pública conforme lei 10.833/2001, cuja compensação será feita na guia de recolhimento dos impostos devidos pela Companhia; ISSQN a recuperar de R\$ 241 proveniente de recolhimento a maior, o qual encontra-se em processo de verificação pela Prefeitura local; e IRRF a recuperar de R\$ 22.784 retido sobre rendimentos de aplicações financeiras a ser compensado com outros tributos federais.

NOTA 7- CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (Ativo Circulante)

Refere-se ao saldo a receber de contratos de Concessão de Direito Real de Uso firmados pela Companhia no total de R\$ 98.484 em 2011 e R\$ 32.000 em 2010.

NOTA 8 - RESSARCIMENTO DE CLIENTES (Ativo Circulante)

Os saldos de R\$ 101.404 em 2011 e R\$ 46.798 em 2010 referem-se a valores a serem ressarcidos por clientes pelos serviços de carga e descarga executados por trabalhadores avulsos com intermediação do Sindicato de Braçagistas e respectivos encargos sociais, bem como a energia elétrica e os tributos recuperáveis previstos em cláusulas contratuais.

NOTA 9 - PRECATÓRIO A RECEBER (Ativo Circulante)

Em 2011, foi recebido o saldo remanescente de R\$ 500.000, referente ao acordo firmado em 2008 com a Prefeitura de Muriaé, oriundo de precatório pela desapropriação do imóvel em 1991, até então sub- júdice, sendo homologado o pagamento pelo demandado de R\$ 1.900.000, e ainda a devolução do imóvel para o ativo imobilizado da Companhia.

O Município ainda não fez a devolução do imóvel conforme previsto no Precatório nº 07/2000. Diante disso, a Companhia já solicitou perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais o cumprimento do acordo.

NOTA 10 - OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER (Ativo Circulante)

Conforme discriminamos abaixo, o saldo de R\$ 2.303 trata-se de depósito judicial da impugnação de protesto contra fornecedor, que alegou falta de pagamento de obrigações, o processo encontra-se em andamento. Enquanto, o saldo do “Convênio com o Município de Jaíba” foi liquidado e o convênio extinto.

	2011	2010
Depósitos judiciais Restituíveis	2.303	2.303
Convênio com Município de Jaíba	-	11.500
Sindicato dos Braçagistas de Uberlândia	-	36.133
	2.303	49.936

NOTA 11 - DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL (R.L.Prazo)

	2011	2010
Prefeitura de Governador Valadares	-	683.489

A Carta de Sentença para nulidade da Escritura Pública de Desapropriação foi expedida em 2011 pela Vara de Fazenda Pública, levada a registro e averbada no Cartório de Registro de imóveis de Governador Valadares, sendo o imóvel reintegrado ao ativo imobilizado da Companhia. Foi feita a reversão da baixa contábil no valor de R\$ 17.981 no Resultado, e o montante a receber de R\$ 683.489 registrado nesta conta baixado em contrapartida também em conta de Resultado.

Foi solicitada ao Município a devolução do imóvel, tendo sido proposta a ação de reintegração de posse e indenização por perdas e danos, encontra-se pendente o ajuste entre o valor recebido pela CASEMG à época da desapropriação (R\$340.000,00) e o valor a receber do Município pela utilização do imóvel desde a época da desapropriação.

NOTA 12 - DEPÓSITOS JUDICIAIS/VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA (R. L. Prazo)

O saldo de R\$ 1.213.008 em 2011 e de R\$ 696.840 em 2010 são de valores bloqueados pela justiça do trabalho, para garantia de parte do pagamento de indenizações de ações que estão sub- júdice

Em dezembro de 2011, o saldo de depósitos judiciais de R\$ 241.790 e 2010 de R\$ 345.887, decorrem de depósitos recursais relativos à ações trabalhistas e cíveis.

NOTA 13 - INSS A COMPENSAR (R. L.Prazo)

O valor de R\$121.757 é relativo ao recolhimento de INSS efetuado pela Companhia, incluído indevidamente no REFIS, cujo processo administrativo encontra-se protocolado na Receita Federal do Brasil para compensação na dívida.

NOTA 14 - CRÉDITO A COMPENSAR COM IMPOSTOS MUNICIPAIS (R.L.Prazo)

O montante de R\$ 845.445 refere-se ao crédito apurado no registro da Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos firmada entre a Prefeitura de Frutal e a CASEMG. Conforme consta na escritura a diferença do crédito a favor da CASEMG será revertido a título de compensação de débitos de IPTU, incidentes sobre os imóveis de propriedade da Companhia na cidade de Frutal, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN, que incide sobre o faturamento dos serviços prestados de armazenagem.

Devido ao descumprimento do acordo por parte de município de Frutal, foram ajuizadas pela Companhia as ações cabíveis.

NOTA 15 - COBRANÇAS JUDICIAIS (R.L.Prazo)

Os saldos existentes em 31 de dezembro de 2010 em cobrança judicial de R\$112.402 (Município de Felixlândia e Oliveira Fernando Nogueira Lima) decorrem de valores a receber relativos às concessões de direito real de uso em cobrança judicial.

A ação contra o Município de Felixlândia tem sentença favorável no valor de R\$ 90.000, restando apenas o julgamento de embargos de execução.

Da mesma forma, a ação contra Oliveira Fernando Nogueira Lima, com pedido julgado procedente, o processo se encontra em fase de cumprimento de sentença. Foi determinado pelo Juiz o leilão do bem penhorado.

Apesar da expectativa de êxito pelo setor jurídico da Companhia os valores foram baixados nos termos da resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC 1180/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 que determina no item 31 que a entidade não deve reconhecer ativo contingente.

NOTA 16 - DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. Prazo)

Os saldos de R\$ 446.892 em 2011 e de R\$ 539.439 em 2010, decorrem de valores a receber relativos ao faturamento de duplicatas de clientes em cobrança judicial. Em 2011, foram feitos

acordos judiciais e recebidos R\$ 102.039, sendo parte (R\$ 77.939) contabilizados na reversão de Provisão para Devedores Duvidosos em conta de Resultados.

NOTA 17 - PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS (R. L. Prazo)

Constituída a provisão para perdas com base na Lei nº. 9430/96 e Instrução Normativa SRF 93/97, para fazer face às perdas no recebimento dos créditos de Duplicatas a Receber registradas em conta de “Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial” no Ativo Não Circulante.

Em 2011, ocorreu reversão de baixa de R\$ 4.401 devido a desistência da ação de cobrança por faturamento indevido; R\$ 77.939 relativo acordo firmado com cliente conforme citado na Nota 16, e ainda foram provisionadas perdas de R\$ 222.907 que são relativas às duplicatas vencidas e não liquidadas até 31/12/2009, totalizando o saldo de R\$ 439.738.

Provisão p/ Devedores de Liquidação Duvidosos

Sado Inicial	299.171
Baixa de recebimento	(77.939)
Baixa de extinção de dívida	(4.401)
Provisão para perdas em 2011	222.907
Saldo Final	439.738

NOTA 18 - IMOBILIZADO/INTANGÍVEL (Ativo não Circulante)

	Taxa anual depreciação	2011	2010
Terrenos		602.172	587.337
Edificações	4%	8.974.278	8.952.274
Máquinas e Equipamentos	10%	47.245.708	47.685.838
Móveis e Utensílios	10%	1.840.586	1.788.088
Veículos	20%	210.633	210.633
Armazéns e Silos	4%	89.293.460	89.093.611
Obras em andamento		14.224	1.568
Direitos de Propriedade		-	412.327
Equipamentos de Informática	20%	561.010	490.647
		148.742.072	149.222.356
(-) Depreciação Acumulada		-127.594.367	(124.834.115)
TOTAL IMOBILIZADO		21.147.705	24.388.240
INTANGÍVEL			
Direitos e Propriedades		383.677	-
TOTAL INTANGÍVEL		383.677	-

Nos Ativos Imobilizados estão incluídos os itens tangíveis que são mantidos para uso na produção, fornecimento de serviços, ou para fins administrativos, os quais se espera utilizar por mais de um exercício.

Em 2011, ocorreram alterações no Ativo Imobilizado, conforme discriminamos a seguir:

Baixas no Imobilizado de bens móveis obsoletos cujo resultado líquido, está apresentado na Demonstração de Resultado pela perda de R\$ 1.906;

Reversão da baixa contábil e reintegração ao ativo imobilizado do imóvel localizado em Governador Valadares, em função da nulidade da Escritura Pública de Desapropriação do imóvel (Nota 11). O registro contábil foi feito em contrapartida ao Resultado, cuja diferença do custo corrigido e da depreciação é de R\$ 17.981.

Transferência de parte da conta “Direitos de Propriedade” para o Grupo do “Intangível” no montante de R\$ 383.676, que são relativos as licenças de uso de softwares e linhas telefônicas adquiridas em exercícios anteriores. A segregação está de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 04, exigida pelas Leis nº. 11.638/07 e nº. 11.941/09.

O saldo da conta “Direitos de Propriedade” refere-se às licenças de Windows, transferidas para a conta “Equipamentos de Informática” no grupo do Ativo Imobilizado, onde foram agregadas aos computadores.

NOTA 19 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (Passivo Circulante)

	2011	2010
IRRF/COFINS/PIS/Outros Impostos Retidos	138.092	112.302
Imposto s/ Serviço Qualquer Natureza - ISSQN	84.684	33.654
Imposto s/ Circulação de Mercadorias - ICMS	-	9.327
IPTU e outras taxas Municipais	15.662	-
TOTAL	238.438	155.284

Os saldos de IRRF/COFINS/PIS e outros impostos retidos referem-se à provisão de impostos da competência de dezembro/2011 a serem pagos.

O valor do IPTU de R\$ 15.662 e parte do ISSQN de R\$ 59.503 relativos aos exercícios de 2010 e 2011, referem-se aos valores a compensar do acordo firmado através da Escritura de Quitação e Compensação de Débitos Recíprocos não cumpridos pelo Município de Frutal, cuja ação foi ajuizada pela Companhia.

NOTA 20 - PARCELAMENTO DO REFIS (Passivo Circulante e Não Circulante)

Esta conta é composta por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAP de exercícios anteriores a 2000 incluídos no REFIS cuja dívida foi reparcada em cento e vinte (120) meses conforme consolidação em 2011 pela Receita Federal do Brasil- RFB, nos termos da Lei nº 11.941/2009, sendo a mesma atualizada com juros devidamente apropriados em conta de Resultado. Abaixo os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	2011	2010
Dívida Consolidada	2.046.006	2.251.046
(-) Pagamento de parcelas no exercício	220.920	(205.040)
(+) Apropriação de juros	487.961	-
Saldo devedor do parcelamento	2.313.047	2.046.006
Dividido em:		
Passivo Circulante	241.361	102.520
Exigível em Longo Prazo	2.071.686	1.943.485
Total	2.313.047	2.046.006

NOTA 21 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS / CÍVEIS/PENSÕES JUDICIAIS (Passivo Circulante e Não Circulante)

A Companhia mantém a provisão para contingências de R\$ 1.820.998, registrada no Passivo Circulante (R\$ 1.332.443 de contingências trabalhistas e R\$ 488.555 de ações cíveis) e R\$ 3.482 de pensões judiciais. A Nota nº 12 demonstra os valores que foram bloqueados pela justiça e os depósitos judiciais no montante de R\$1.454.798 que serão utilizados para liquidação das ações após decisão judicial.

Também estão registrados os saldos remanescentes de acordos trabalhistas firmados em 2011: no Circulante R\$1.900.385 relativos a dezoito (18) parcelas e no Não Circulante, R\$399.314 relativo as três (3) ultimas parcelas do acordo.

NOTA 22 - REVERSÃO DE PROVISÕES CONSTITUÍDAS (Redutora de Despesas Administrativas)

Os saldos de R\$ 95.920 em 2011 refere-se a reversão de provisão de R\$ 77.939 de perdas contabilizadas em anos anteriores de duplicatas de clientes, ora quitadas no exercício (Nota 17), e a reversão de baixa de bem do ativo imobilizado no valor de R\$ 17.981, conforme a Nota 18.

NOTA 23 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS (Conta de Resultado)

O saldo registrado em 2011 de R\$ 1.206.384 é demonstrado pelo quadro abaixo, sendo as de maior relevância “Perdas no recebimento de créditos” que compõem a contabilização do aumento de Provisão para Devedores Duvidosos - PDD de R\$222.907 (Nota 17); R\$ 683.489 relativo à baixa registrado em Desapropriação do Imóvel de Governador Valadares devido a sua nulidade (Nota 11); R\$112.402 refere-se aos valores de ativos contingentes baixados do Município de Felixlândia e Oliveira Fernando Nogueira Lima (Nota 15). “Indenização a clientes”: relativo aos valores pagos ao Cliente CONAB pela perda de produto, cuja receita de venda dos serviços foi incluída a sobretaxa prevista para indenizar possíveis perdas na operação de armazenamento conforme contrato CONAB/CASEMG.

	2011	2010
Descontos concedidos	131	19
PIS/COFINS sobre demais receitas	46.092	64.133
Perdas no recebimento de créditos	1.018.798	1.182.219
Indenização a clientes	141.362	386.240
TOTAL	1.206.384	1.632.611

NOTA 24 - CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2011, o capital social de R\$ 26.814.711, é formado por 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte:

Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

NOTA 25 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em 2011, foram efetuados ajustes de exercícios anteriores no período, totalizando o saldo devedor de R\$17.020. Sendo: débitos de R\$ 30.025 e créditos de R\$ 13.005, decorrentes de erros de provisões registrados nas contas de Fornecedor e Provisão para Férias.

NOTA 26 - DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, referem-se as despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, conforme demonstramos abaixo:

	2011	2010
Despesas Financeiras	(597.869)	(218.368)
Juros e VM, pagos ou incorridos	554.102	86.522
Multas dedutíveis e indedutíveis	23.268	104.309
Comissões, despesas bancárias e outras	20.500	27.537
Receitas Financeiras	413.294	276.192
Taxa de Permanência	157.937	122.905
Apropriação de juros e multas	81.134	97.710
Renda de aplicação financeira	104.975	12.342
Variação Monetária Ativa	69.248	43.234
Total	(184.576)	57.823

Em 2011, o aumento da conta de juros, se deu devido a apropriação dos juros do parcelamento da dívida do REFIS, requerida em 2009, cujo processo foi consolidado pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 27 - DOS RESULTADOS

Em 2011 causaram impacto negativo no Resultado do Exercício: o montante de R\$ 3.367.848 proveniente de contingências trabalhistas e cíveis registrado nas “Despesas Administrativas”, mais R\$ 1.018.798 apurado de “Perdas no recebimento de Créditos”, basicamente do valor registrado na conta “Desapropriação de Imóvel” no Ativo Não Circulante de R\$683.489, devido à nulidade da

escritura de desapropriação do imóvel de Governador Valadares e baixa dos valores em cobrança judicial de R\$112.403 do Município de Felixlândia e o cliente Oliveiros Fernando Nogueira, conforme Nota nº 15.

NOTA 28 - COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e intempéries em valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com as mercadorias de propriedade de terceiros depositadas em seus armazéns.

NOTA 29 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 9.958 e R\$ 5.036 respectivamente, e dos empregados são R\$ 8.828 e R\$ 567, respectivamente.

DIRETORIA

GLYCON TERRA PINTO JÚNIOR

Diretor -Presidente Técnico Operacional

BERNARDO CREIMER CHERMAN

Diretor Administrativo

VANDA LÚCIA BATISTA

Diretora Financeira

Contador:

José Maria Lopes
CRC- MG- 49.680/0-0

2. ITEM 4 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

- 2.1. Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

Quadro XX – Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa: Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Governo	Tesouro Nacional	92,6	92,6	92,6
	Outras Entidades Governamentais	2,3	2,3	2,3
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	94,9	94,6	94,6
Free Float	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	-	-	-
Subtotal Ordinárias (%)		94,9	94,6	94,6
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais	5,1	5,1	5,1
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	5,1	5,1	5,1
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Preferenciais (%)		5,1	5,1	5,1
Total		100%	100%	100%

Quadro XX – Referência: Quadro B.4.1.- Composição Acionária do Capital Social - Portaria TCU Nº 123, de 12/05/2011.

3. ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**3.1. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Senhores
demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estejam livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais.

Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes e com suficiente divulgação, a posição patrimonial e financeira da CASEMG Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais em 31 de dezembro de 2011, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade aplicados no Brasil.

Ênfase

A companhia procedeu em 2010, a reclassificação em sua DRE, dos grupamentos de “Custo dos Serviços Vendidos” e “Despesas Operacionais – Depreciação”, de forma a segregar os custos de depreciação naqueles grupos. Embora os registros contábeis/balancetes a demonstrassem em custos e despesas, eram apresentados na demonstração do resultado à época, somente como despesas operacionais, motivo da reclassificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2011, examinamos também esses ajustes, que foram realizados para alterar as demonstrações contábeis de 2010. Até a emissão desse Parecer, não recebemos da auditoria anterior, manifestação quanto as alterações. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2010, tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

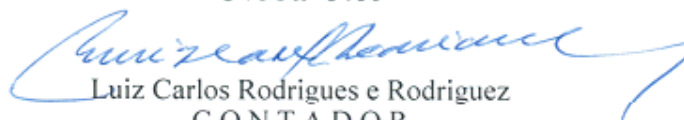
Em virtude da alteração da DRE pelos motivos expostos no parágrafo de ênfase, esse Relatório substitui o emitido anteriormente, datado de 17 de fevereiro de 2012, que passa a ser sem efeito.

Belo Horizonte, 05 de março de 2012

R&R – AUDITORIA E CONSULTORIA

CRC/MG n.º 5.198

CVM n.º 8460



Luiz Carlos Rodrigues e Rodriguez

CONTADOR

CRC/MG n.º 21.055

PARTE C DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010 – CONTEUDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA

1. ITEM 12 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

1.1. Informações sobre a remuneração paga aos administradores da unidade jurisdicionada, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.

A remuneração paga aos membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal é fixada em Assembleia Geral da unidade jurisdicionada através de um montante global, conforme previsto no artigo 152 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia.

Em 2011, o reajuste da remuneração dos dirigentes foi de 8% (oito por cento), relativo ao período de abril/2009 a março/2010 (mesmo índice concedido aos empregados no ano de 2009), acrescido de 9,55% (nove vírgula cinquenta e cinco por cento) relativo ao período de abril de 2011 a março/2012, índice também concedido aos empregados.

Constituem-se, como elementos da remuneração dos dirigentes, os seguintes itens: honorário, gratificação natalina, adicional de férias, abono pecuniário de férias, auxílio alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e seguro de vida em grupo. No ano de 2011, não foi disponibilizado o seguro de vida em grupo aos dirigentes e empregados da empresa, não havendo política de remuneração variável para os dirigentes da companhia.

Em 2011, a remuneração dos conselhos fiscal e administrativo foi fixada em 10% (dez por cento) da média da remuneração dos administradores. À remuneração mensal dos membros dos conselhos de administração e fiscal é acrescido o valor de 1/12 avos desta remuneração, referente ao pagamento da gratificação natalina.

1.1.1. Demonstrativo sobre a remuneração dos membros da diretoria e conselhos.
Quadro XXI – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a) (T/S)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Glycon T. Pinto Jr. (membro efetivo) (T)	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	1867	940	10.890
Maria Auxiliadora Domingues (T)	Dez/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	940	940
José Magalhães de Sousa (T)	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	1867	940	10.890
Caio Tibério D. da Rocha (T)	Dez/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	940	940
João Paulo de M. Filho (T)	Jun/11	Nov/11	-	-	-	-	-	-	1616	808	808	808	927	-	4.967
Pedro Araújo Cardoso (T)	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	1867	940	10.890
Robério Oliveira Silva (T)	-	Nov/11	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	927	-	9.009
Gustavo P. da S. Filho (T)	-	Fev/11	808	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	808
João Batista S. Fagundes (T)	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	1867	940	10.890
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a) (T/S)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	ou	nov	dez	Total
Cleide Edvirges Santos Laia (T)	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	1867	940	10.890
Elias Jacó Santos (T)	-	Abr/11	808	808	808	808									3.232
Manuel V. S. Neto (T)	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	1867	940	10.890
Ricardo C. Alves Meireles (T)	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	1867	940	10.890
Ho Yo Cheng (T)	Mai/11	-	-	-	-	-	808	808	808	808	808	808	1735	940	7.525
Cláudio Cava Correa (T)	Dez/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	940	940
Karla R. F. Carvalho (T)	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	927	-	9.009

Quadro XXI – Referência: Quadro C.12.1 – Remuneração dos conselhos de administração e fiscal - Portaria TCU N° 123, de 12/05/2011.

1.1.2. Demonstrativos sobre a remuneração de membros de diretoria e de conselhos.
Quadro XXII A - Síntese da remuneração dos administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Estatutária			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
Número de membros:	03	02	02
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)			
a) salário ou pró-labore	266.74	220.112	178.814
b) Gratificação Natalina	22.690	18.113	14.330
c) Adicional de Férias/Abono Pecuniário	17.630	7.582	3.153
d) Auxílio Alimentação	13.368	11.434	8.254
e) Auxílio Moradia	2.400	3.600	10.800
f) Assistência Médica	11.95	10.480	8.228
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	334.840	271.333	223.579
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Quadro XXII A – Referência: Quadro C.12.2 – Síntese da remuneração dos administradores - Portaria TCU N° 123, de 12/05/2011.

Quadro XXII B - Síntese da remuneração dos administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho Administrativo			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
Número de membros:	06	06	06
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	60.224	58.191	50.821
a) salário ou pró-labore	60.224	58.191	50.821
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	60.224	58.291	50.821
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Quadro XXII B – Referência: Quadro C.12.2 – Síntese da remuneração dos administradores - Portaria TCU Nº 123, de 12/05/2011.

Quadro XXII C - Síntese da remuneração dos administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão – Conselho de Administração			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2010
Número de membros:	05	05	05
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	53.376	49.301	48.493
a) salário ou pró-labore	53.376	49.301	48.493
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
a) bônus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	53.376	49.301	48.493
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Quadro XXII C – Referência: Quadro C.12.2 – Síntese da remuneração dos administradores - Portaria TCU Nº 123, de 12/05/2011.



Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais

Rua dos Timbiras, 1754 – 14º/15º Andares

CEP: 30140-061 – Belo Horizonte/MG

Fone: (31) 3272.2833 – Fax: (31)3272.2829

E-mail: presidencia@casemg.com.br

Site: www.casemg.com.br